

18 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Justiça precisa de três anos pra zerar o estoque de ações

Levantamento do CNJ mostra que há 73,9 milhões de processos no país

Justiça precisaria de três anos para zerar estoque de casos, diz relatório

Casos de execuções fiscais estão entre os principais motivos de 'congestionamento', diz estudo do conselho

CAMILA MATTOSO
DE BRASÍLIA

A Justiça brasileira precisaria de três anos para zerar o estoque de processos em tramitação no país, de acordo com estimativa do CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Para que esse resultado fosse alcançado, no entanto, nenhum novo processo poderia dar entrada nesse período, e os antigos não poderiam voltar a tramitar.

O CNJ divulgou nesta segunda-feira (17) o relatório anual "Justiça em Números", que mostra aumento de 19,4% no estoque de processos entre 2009 e 2015, para 73,9 milhões.

O estudo mostra ainda que em 2015, pela primeira vez desde 2010, houve queda no número de processos novos

em relação ao ano anterior, de 5,5%, para 27,3 milhões. O número de processos finalizados (28,5 milhões) foi igual ao do ano anterior.

Segundo o CNJ, também pela primeira vez desde 2010, o Judiciário conseguiu resolver um número de casos superior ao das novas ações.

Mesmo assim, o número de ações em estoque, aquelas que ainda estão tramitando, continua aumentando. De acordo com o conselho, as pendências continuam subindo mesmo com a redução de novas ações porque casos já finalizados podem voltar a tramitar por alguma razão.

"O número de processos novos é muito elevado. O que me parece importante é que a Justiça conseguiu julgar mais processos do que o número de novos que chegaram. Tivemos o melhor desempenho da série histórica", diz o conselheiro Lelio Bentes.

"Embora ainda esteja aquém do que gostaríamos, é uma perspectiva de que estamos encontrando solução para o problema [da falta de agilidade da Justiça]."

O relatório mostra também que, em 2015, as despesas do Judiciário somaram R\$ 79,2 bilhões, o que representou

crescimento de 4,7% no ano. Essa despesa equivale a 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, ou a 2,6% dos gastos totais de União, Estados e municípios. O custo pelo serviço de Justiça é de R\$ 387,56 por habitante.

Das ações novas, 56% chegaram à Justiça por meio eletrônico, superando pela primeira vez as que foram propostas em papel (44%).

O relatório revela ainda que, em média, cada juiz ficou responsável por solucionar 6.577 casos e conseguiu resolver 1.760 (7,3 por dia).

EXECUÇÃO FISCAL

Como em anos anteriores, a execução fiscal —cobranças de impostos— continua sendo o maior desafio para o Judiciário, sendo uma das principais causadoras do congestionamento.

De acordo com o relatório, estes tipos de ações representam 39% dos casos que ficaram pendentes de baixa em 2015. A taxa de congestionamento neste segmento é de 92%, acima da média de 72%. O congestionamento considera o percentual de processos iniciados em anos anteriores e que ainda não tiveram solução.

CONTINUA

18 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

Se esses processos fossem retirados da pesquisa, por exemplo, esse índice cairia para 63,4% e o acervo processual em andamento cairia de 73,9 milhões para 45 milhões de pendentes.

CONCILIAÇÃO

Pela primeira vez, o CNJ contabilizou o número de processos resolvidos por meio de acordos.

O órgão revelou índice médio de conciliação em 11% das sentenças, resultando em cerca de 2,9 milhões de processos finalizados.

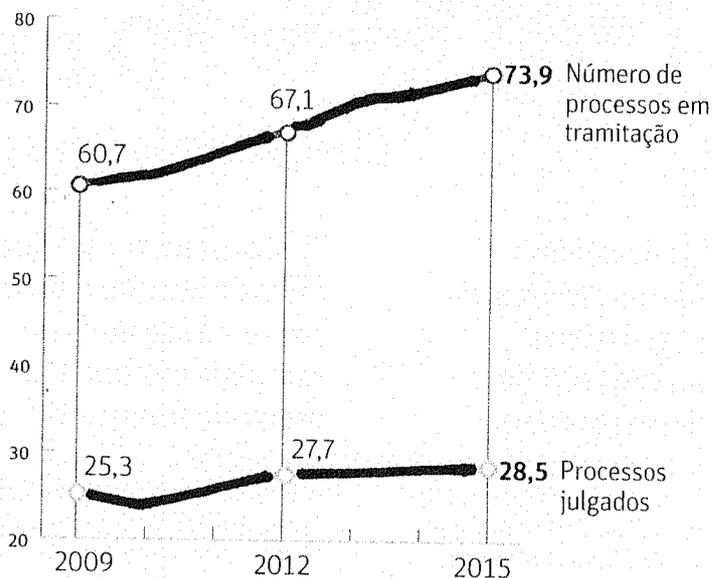
A Justiça do Trabalho é a que mais promoveu acordos, com 25,3% das sentenças e decisões obtidas dessa forma. Na Justiça Federal, foram só 3%.

“ O número de processos novos é muito elevado. O que me parece importante é que a Justiça conseguiu julgar mais processos do que o número de novos que chegaram

LELIO BENTES
conselheiro do CNJ

PROCESSOS NA JUSTIÇA

Número de ações cresceu 19,4% desde 2009



Fonte: Relatório anual "Justiça em Números", do CNJ (Conselho Nacional de Justiça)

18 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Por que querem me condenar

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Meus acusadores sabem que não roubei, mas não podem admitir. Não podem recuar depois de ter promovido um massacre na mídia

Em mais de 40 anos de atuação pública, minha vida pessoal foi permanentemente vasculhada — pelos órgãos de segurança, pelos adversários políticos, pela imprensa. Por lutar pela liberdade de organização dos trabalhadores, cheguei a ser preso, condenado como subversivo pela infame Lei de Segurança Nacional da ditadura. Mas jamais encontraram um ato desonesto de minha parte.

Sei o que fiz antes, durante e depois de ter sido presidente. Nunca fiz nada ilegal, nada que pudesse manchar a minha história. Governei o Brasil com seriedade e dedicação, porque sabia que um trabalhador não podia falhar na Presidência. As falsas acusações que me lançaram não visavam exatamente a minha pessoa, mas o projeto político que sempre representei: de um Brasil mais justo, com oportunidades para todos.

As vésperas de completar 71 anos, vejo meu nome no centro de uma verdadeira caçada judicial. Devasaram minhas contas pessoais, as de minha esposa e de meus filhos; grampearam meus telefonemas e divulgaram o conteúdo; invadiram minha casa e conduziram-me à força para depor, sem motivo razoável e sem base legal. Estão à procura de um crime, para me acusar, mas não encontraram e nem vão encontrar.

Desde que essa caçada começou, na campanha presidencial de 2014, percorro os caminhos da Justiça sem abrir mão de minha agenda. Continuo viajando pelo país, ao encontro dos sindicatos, dos movimentos sociais, dos partidos, para debater e defender o projeto de transformação do Brasil. Não parei para me lamentar e nem desisti da luta por igualdade e justiça social.

Nestes encontros renovo minha fé no povo brasileiro e no futuro do país. Constato que está viva na memória de nossa gente cada conquista alcançada nos governos do PT: o Bolsa Família, o Luz Para Todos, o Minha Casa, Minha Vida, o novo Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o Programa de Aquisição de Alimentos, a valorização dos salários — em conjunto, proporcionaram a maior ascensão social de todos os tempos.

Nossa gente não esquecerá dos milhões de jovens pobres e negros que tiveram acesso ao ensino superior. Vai resistir aos retrocessos porque o Brasil quer mais, e não menos direitos.

Não posso me calar, porém, diante dos abusos cometidos por agentes do Estado que usam a lei como instrumento de perseguição política. Basta observar a reta final das eleições municipais para constatar a caçada ao PT: a aceitação de uma denúncia contra mim, cinco dias depois de apresentada, e a prisão de dois ex-ministros de meu governo foram episódios espetaculosos que certamente interferiram no resultado do pleito.

Jamais pratiquei, autorizei ou me beneficiei de atos ilícitos na Petrobras ou em qualquer outro setor do governo. Desde a campanha eleitoral de 2014, trabalha-se a narrativa de ser o PT não mais partido, mas uma “organização criminosa”, e eu o chefe dessa organização. Essa ideia foi martelada sem descanso por manchetes, capas de revista, rádio e televisão. Precisa ser provada à força, já que “não há fatos, mas convicções”.

Não descarto que meus acusadores acreditem nessa tese maliciosa, talvez julgando os demais por seu próprio código moral. Mas salta aos olhos até mesmo a desproporção entre os bilionários desvios investigados e o que apontam como suposto butim do “chefe”, evidenciando a falácia do enredo.

Percebo, também, uma perigosa ignorância de agentes da lei quanto ao funcionamento do governo e das instituições. Cheguei a essa conclusão nos depoimentos que presentei a delegados e promotores que não sabiam como funciona um governo de coalizão, como tramita uma medida provisória, como se procede numa licitação, como se dá a análise e aprovação, colegiada e técnica, de financiamentos em um banco público, como o BNDES.

De resto, nesses depoimentos, nada se perguntou de objetivo sobre as hipóteses da acusação. Tenho mesmo a impressão de que não passaram de ritos burocráticos vazios, para cumprir etapas e atender às formalidades do processo. Definitivamente, não serviram ao exercício concreto do direito de defesa.

Passados dois anos de operações, sempre vazadas com estardalhaço, não conseguiram encontrar nada capaz de vincular meu nome aos desvios investigados. Nenhum centavo não declarado em minhas contas, nenhuma empresa de fachada, nenhuma conta secreta.

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

18 OUT 2016

Há 20 anos moro no mesmo apartamento em São Bernardo. Entre as dezenas de réus delatores, nenhum disse que tratou de algo ilegal ou desonesto comigo, a despeito da insistência dos agentes públicos para que o façam, até mesmo como condição para obter benefícios.

A leviandade, a desproporção e a falta de base legal das denúncias surpreendem e causam indignação, bem como a sofreguidão com que são processadas em juízo. Não mais se importam com fatos, provas, normas do processo. Denunciam e processam por mera convicção — é grave que as instâncias superiores e os órgãos de controle funcional não tomem providências contra os abusos.

Acusam-me, por exemplo, de ter ganho ilicitamente um apartamento que nunca me pertenceu — e não pertenceu pela simples razão de que não quis comprá-lo quando me foi oferecida a oportunidade, nem mesmo depois das reformas que, obviamente, seriam acrescentadas ao preço. Como é impossível demonstrar que a propriedade seria minha, pois nunca foi, acusam-me então de ocultá-la, num enredo surreal.

Acusam-me de corrupção por ter proferido palestras para empresas investigadas na operação Lava Jato. Como posso ser acusado de corrupção, se não sou mais agente público desde 2011, quando comecei a dar palestras? E que relação pode haver entre os desvios da Petrobras e as apresentações, todas documentadas, que fiz para 42 empresas e organizações de diversos setores, não apenas as cinco investigadas, cobrando preço fixo e recolhendo impostos?

Meus acusadores sabem que não roubei, não fui corrompido nem tentei obstruir a Justiça, mas não podem admitir. Não podem recuar depois de ter promovido um massacre na mídia. Tornaram-se prisioneiros das mentiras que criaram, na maioria das vezes a partir de reportagens facciosas e mal apuradas. Estão condenados a condenar e devem avaliar que, se não me prenderem, serão eles os desmoralizados perante a opinião pública.

Tento compreender esta caçada como parte da disputa política, muito embora seja um método repugnante de luta. Não é o Lula que pretendem condenar: é o projeto político que represento junto com milhões de brasileiros. Na tentativa de destruir uma corrente de pensamentos, estão destruindo os fundamentos da democracia no Brasil.

É necessário frisar que nós, do PT, sempre apoiamos a investigação, o julgamento e a punição de quem desvia dinheiro do povo. Não é uma afirmação retórica: nós combatemos a corrupção na prática.

Ninguém atuou tanto para criar mecanismos de transparência e controle de verbas públicas, para fortalecer a Polícia Federal, a Receita e o Ministério Público, para aprovar no Congresso leis mais eficazes contra a corrupção e o crime organizado. Isso é reconhecido até mesmo pelos procuradores que nos acusam.

Tenho a consciência tranquila e o reconhecimento do povo. Confio que cedo ou tarde a Justiça e a verdade prevalecerão, nem que seja nos livros de história. O que me preocupa, e a todos os democratas, são as contínuas violações ao Estado de Direito. É a sombra do estado de exceção que vem se erguendo sobre o país.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA foi presidente do Brasil (2003-2010). É presidente de honra do PT (Partido dos Trabalhadores)

18 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

Justiça inocenta réus de cratera do metrô

Maior tragédia da história do metrô de SP engoliu veículos e imóveis e deixou sete mortos em janeiro de 2007

Promotoria recorre ao Tribunal de Justiça; foram inocentados 14 réus, entre funcionários de estatal e de consórcio

ROGÉRIO PAGNAN
FLÁVIO FERREIRA
DE SÃO PAULO

A Justiça de São Paulo inocentou todas as 14 pessoas acusadas de responsabilidade em acidente nas obras do metrô de SP que deixou sete mortos em janeiro de 2007.

À época, o desabamento no canteiro de obras da estação Pinheiros, na zona oeste da capital, abriu uma cratera que engoliu caminhões, maquinários e quem passava por uma das ruas no entorno.

Após a tragédia, a maior da história do metrô paulistano, viraram réus de ação penal 5 funcionários da estatal (de médio ou baixo escalão, como gerentes e fiscais, mas ninguém da cúpula) e 9 do consórcio construtor ou de empresas terceirizadas (engenheiros, projetistas e um diretor).

As obras na linha 4-amarela eram de responsabilidade do Consórcio Via Amarela, liderado pela Odebrecht e integrado também por OAS, Queiroz Galvão, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez.

De acordo com a decisão da juíza Aparecida Angélica Correia, da 1ª Vara Criminal de SP, não ficou provado no processo que os técnicos do consórcio e do Metrô tinham condições de evitar o acidente.

Autor da ação, o Ministério Público de São Paulo recorreu da sentença em segunda instância. O recurso deve ser analisado em novembro pelo Tribunal de Justiça.

Segundo a magistrada, em decisão de maio, as medidas de segurança disponíveis foram adotadas. "Ora, os acusados não tinham como prever o acidente", afirmou.

Ela ainda prossegue: "Todas as equipes acompanhavam cuidadosamente cada passo da execução e não apontaram qualquer situação que indicasse a possibilidade de um acidente". Ainda segundo a juíza, "o plano de emergência foi colocado em prática e de maneira eficiente, o que se verificou por meio das provas realizadas".

O acidente nas obras do metrô de Pinheiros ocorreu em janeiro de 2007, quando desabou a parede de um dos túneis em construção.

Segundo a Promotoria, os responsáveis pela obra detectaram problemas no túnel desde o mês anterior à tragédia. Na véspera do acidente, decidiram reforçá-lo com tirantes.

A obra continuou, porém, sem que isso fosse feito. Quando o túnel começou a ruir, os funcionários foram retirados, mas não foi adotada medida de segurança no entorno.

A interdição da rua Capri, por exemplo, evitaria a maioria das mortes, já que seis das sete vítimas passavam pela via na hora do desabamento. A outra vítima era um caminhoneiro do consórcio.

Segundo a Defesa Civil, houve intervalo de cerca de dez minutos entre a retirada dos funcionários e o rompimento do túnel, tempo suficiente para interditar uma via.

Procurados, Metrô e Odebrecht não quiseram comentar. A estatal informou apenas que não figura entre os réus.

Entre as vítimas estava a aposentada Abigail Rossi de Azevedo, 75, que caminhava pela rua ao lado da obra quando o chão ruiu. "Essa decisão só abre caminho para que uma tragédia dessas volte a acontecer. A partir do momento em que a Justiça inocenta todo mundo, ela incentiva que as grandes empreiteiras continuem fazendo as coisas mal feitas", disse Silvio Antônio de Azevedo, filho de Abigail.

A magistrada afirmou que, "evidentemente, o acidente causou sofrimento às famílias". "Mas também aos réus e aos seus familiares que durante anos estão aguardando o deslinde dessa ação penal. E cabe ao Poder Judiciário analisar a questão, de maneira isenta, sem influenciar-se pelo clamor popular, mas tão somente com base nas provas colhidas", disse.

18 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

MÔNICA BERGAMO

CORTE NAS CORTES

O STF (Supremo Tribunal Federal) teme ser obrigado a cortar na própria carne para cumprir o teto de gastos proposto pelo governo, tendo que compensar despesas altas de outras cortes que não cumpriram o limite.

CORTE 2

A ministra Cármen Lúcia dividiu a preocupação com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, em reunião em que estavam também Gilmar Mendes, presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Ives Gandra Martins Junior, presidente do TST (Tribunal Superior do Trabalho), e Laurita Vaz, presidente do STJ (Superior Tribunal de Justiça).

ÀS CLARAS

Cármen Lúcia disse que a PEC do Teto é importante, mas que o STF não tem como impor a outros tribunais federais moderação nos gastos. Uma das ideias discutidas foi a de que o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) coloque as contas das cortes na internet, dando maior transparência a elas. Seria uma forma de inibir abusos.

MEDO GRANDE

Gastos excessivos do Judiciário, do Ministério Público e de tribunais de contas têm preocupado até mesmo economistas que defendem a PEC do Teto. Há o temor de que, por serem autônomos, e fortes, eles resistam a conter despesas, dando aumentos salariais generosos, por exemplo. Isso obrigaria o Executivo a cortar em áreas como a de investimentos.

AQUI, AGORA

A eleição da nova direção da AMB (Associação dos Magistrados Brasileiros) dá uma ideia da resistência que poderá surgir no Judiciário. Uma das chapas defende, por exemplo, a “imediate” recomposição de perdas nos subsídios sofridas “ao longo de quase uma década”. E exige a “paridade absoluta” entre magistrados na ativa e aposentados.

OS BLINDADOS

Há até uma proposta de isentar magistrados do pagamento de IPI na compra de carros blindados.

FOLHA DE S. PAULO

Prova para estagiário de Moro recebe quase 300 inscrições

18 OUT 2016

Era para ser um concurso corriqueiro para uma vaga de estágio. Mas o nome de quem selecionava, na primeira linha do edital, chamou a atenção: "O excelentíssimo senhor doutor Sergio Fernando Moro".

Aberto no início do mês, o concurso para estagiário da 13ª Vara Federal de Curitiba, onde correm as ações da Lava Jato, recebeu 286 inscrições, de vários Estados do país.

A procura foi incomum: em média, aparecem 70 candidatos. A vaga de estágio é aberta anualmente. A diferença é que, neste ano, foi o nome de Moro que apareceu no edital, e não o da juíza substituta — o que aumentou a procura. A inscrição, que se encerrou na semana passada, era grátis.

Quem for escolhido para a única vaga irá elaborar minutas de despachos e sentenças, além de carregar o processo eletrônico do caso de combate à corrupção mais rumoroso do país, entre outras atribuições.

A bolsa é de R\$ 833, para quatro horas diárias, além de vale-transporte.

Do total de inscritos, estima-se que somente 70% dos candidatos estarão habilitados para a prova, segundo a secretaria da vara. Apenas quem está entre o terceiro e o quarto ano do curso de direito e mora em Curitiba e região pode concorrer.

Os candidatos farão uma prova escrita, sobre direito constitucional e penal, nesta quinta (20). Os oito melhores passam a uma prova oral, feita com o próprio magistrado ou seu substituto, no início de novembro. Serão avaliados conhecimentos da língua portuguesa e do direito, segundo o edital.

O nome do escolhido será conhecido no próximo dia 7.

18 OUT 2016

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL DO LEITOR

Adoção

A **Folha** noticiou uma intervenção do Ministério da Justiça visando à flexibilização nos procedimentos de adoção, com regras que facilitam o acesso do estrangeiro. O governo deve escutar o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, que, com conhecimento de causa, adverte que a medida tem grande potencial para separar crianças irmãs, o que há muito faz parte da trágica história social de crianças pobres no Brasil ("Projeto do governo define prazos para adoções no país", "Cotidiano", 17/10).

MARCOS CEZAR DE FREITAS (Guarulhos, SP)

18 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA

Justiça precisa de três anos para zerar estoque atual, afirma relatório

Estudo mostra que em 2015,
pela primeira vez desde 2010, houve
retração do número de processos novos
em relação ao ano anterior

FILA

Relatório do Conselho Nacional de Justiça aponta que Judiciário brasileiro precisaria de três anos para zerar estoque de processos caso nenhum novo fosse apresentado

Camila Mattoso

Folhapress

Brasília - Se nenhum novo processo fosse impetrado, a Justiça precisaria de três anos para zerar seu estoque de processos, segundo o relatório anual "Justiça em Números". Divulgado nesta segunda (17) pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o estudo mostra que em 2015, pela primeira vez desde 2010, houve uma retração do número de processos novos em relação ao ano anterior. Com isso, também pela primeira vez desde 2010, o Judiciário conseguiu resolver um nú-

mero de casos maior do que o número de novas ações que chegaram.

De acordo com dados do relatório, 28,5 milhões de processos foram finalizados, montante igual ao do ano anterior, enquanto 27,3 milhões tiveram início - redução de 5,5% em relação a 2014. Ainda assim, o número de ações em estoque, aquelas que ainda estão tramitando, continua aumentando: foi de 72 milhões, em 2014, para 73,9 milhões, em 2015. O crescimento acumulado, de 2009 até agora, é de 19,4%.

De acordo com o CNJ, as pendências continuam subindo mesmo com a redução de novas ações porque casos já finalizados podem voltar a tramitar por alguma razão. "O número de processos novos é muito elevado. O que me parece importante é que a Justiça conseguiu julgar mais processos do que o número de novos que chega-

ram. Tivemos o melhor desempenho da série histórica. Embora ainda esteja aquém do que nós gostaríamos, é uma perspectiva de que estamos encontrando solução para o problema [da falta de agilidade da Justiça brasileira]", afirmou o ministro do CNJ Lelio Bentes.

O Índice de Atendimento à Demanda (IAD) alcançou, no ano passado, o melhor desempenho na série histórica, que conta desde 2009: 104,4%. Segundo o estudo, a taxa de congestionamento no Judiciário como um todo foi de 72,2%. Isso significa que, de cada cem processos que tramitaram em 2015, apenas 28 foram concluídos.

EXECUÇÃO FISCAL

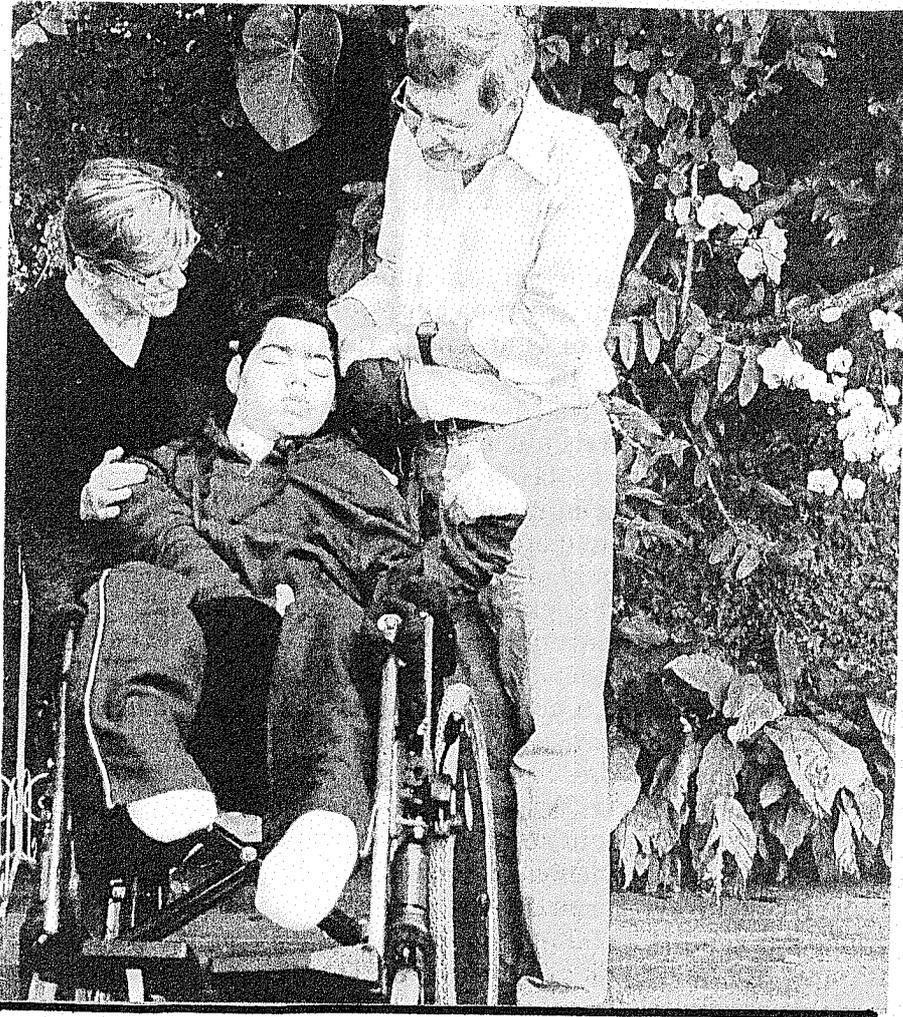
Como em anos anteriores, a execução fiscal - cobranças de impostos - continua sendo o maior desafio para o Judiciário, sendo uma das principais causadoras do congestionamento. De acordo com o relatório, estes tipos de ações representam 39% dos casos que ficaram pendentes de baixa em 2015.

18 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA

À procura de uma família especial

A adoção de crianças e adolescentes com deficiência ou doenças crônicas foi tema de mesa-redonda em Londrina



"Nossa família mudou bastante e para melhor", garante Nanci Pelaquin; ela e o marido Geraldo têm a guarda de Luís Henrique

CONTINUA

FOLHA DE LONDRINA 18 OUT 2016

CONTINUAÇÃO

Vitor Ogawa

Reportagem Local

A adoção ainda é vista com preconceito por muitas pessoas e se torna mais difícil para crianças e adolescentes com deficiência. Em Londrina são 205 casais ou pessoas solteiras aptos a adotar uma criança, mas todos descartam a possibilidade de assumir alguém com deficiência ou com doenças crônicas. Na Comarca de Londrina, há 47 crianças e adolescentes aptos para adoção inscritas no Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e na Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA-PR), dos quais oito têm necessidades especiais ou doenças crônicas, ou seja, 17%. A média é superior à registrada em todo o Brasil. Segundo dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), divulgados em março, no CNA são 6.323 crianças e adolescentes registrados em todo o País, sendo que 793 têm deficiência mental ou física e 88 têm HIV, que já é considerada uma doença crônica, resultando em 13,93% do total. Por outro lado, há 34.809 pessoas com pretensão de adotar, mas destes 24.266 só aceitam crianças sem doenças ou deficiências, ou seja, quase 70% dos pretendentes.

A idade das crianças e adolescentes com esse perfil e aptos a serem adotadas em Londrina varia entre 6 e 15 anos. O assunto foi tema de uma mesa redonda realizada recentemente no município, promovida pelo Núcleo de Apoio Especializado à Criança e ao Adolescente (NAE).

A juíza substituta da 1ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Londrina, Isabele Papafanurakis Ferreira Noronha, destaca que é preciso dar a eles uma oportunidade de terem uma convivência com a família, direito que está assegurado pela Constituição. “Essas crianças têm crescido em abrigos. Embora os funcionários estejam lá para dar amor e carinho, eles não substituem a figura dos pais”, expõe.

Os candidatos a pais devem estar cientes que para adotar uma criança com necessidades especiais terão de enfrentar dificuldades e isso exige muito amor e desprendimento. O casal Nanci e Geraldo Pelaquin possui a guarda de Luís Henrique desde os 11 anos de idade e este mês ele completou 18 anos. Tudo começou quando a filha, uma fisioterapeuta, fazia aprimoramento no Hospital Pequeno Príncipe, em Curitiba. “Nós não pensávamos em adoção, mas nesse período Luís Henrique ficou três meses e meio internado e ela se encantou com esse menino. A minha filha soube que ele ia para um abrigo, já que a família não quis ficar com ele e assim começou a história”, relata Nanci.

Luís Henrique possui uma doença degenerativa, mas sem diagnóstico fechado. “Fizemos coleta de material que foi analisado em Porto Alegre e na época as doenças de metabolismo foram descartadas. Em junho de 2012 levamos para São Paulo, mas não conseguimos progredir na investigação da doença”, relata. “Embora a doença não afete a capacidade mental, ela afeta

a coordenação motora e a parte respiratória. É como se ele tivesse paralisia. Ele não anda, não fala, e não tem o controle das necessidades fisiológicas”, expõe Nanci.

PUBLICIZAR

“Não é uma decisão fácil, mas temos que publicizar que existem crianças especiais. O que a gente vê é que as pessoas nem cogitam a adoção delas, mas essa realidade existe e não podemos ser indiferentes a elas”, ressalta a juíza. Ela destaca que o papel do judiciário é fazer essa ligação entre o sonho dessas crianças com o desejo dos candidatos a pais adotivos. “É importante que exista esse debate. Quando se fala em adoção se pensa em bebê, mas não é só isso. É preciso a destituição do poder familiar, mas esse processo é litigioso e existe o contraditório”, esclarece. Com isso o processo pode levar anos e o bebê continuará crescendo no abrigo. Quando finalmente sai a decisão de destituição do poder familiar, muitos desistem da criança. “A adoção de uma criança ou adolescente com necessidades especiais pode trazer muitas alegrias, realização, e criar um vínculo forte de amor que antes não era imaginado”, aponta.

Segundo Nanci, o relacionamento com Luís Henrique é o mesmo que possui com os dois filhos biológicos. “O vínculo vem e acontece de forma natural. Nós temos o mesmo amor com ele e com os nossos outros filhos.

CONTINUA

Responsabilidade na hora da adoção

CONTINUAÇÃO

Filhos biológicos podem ter problemas de saúde e filhos de pais adotivos também, mas nos dois casos os pais fazem de tudo para superar as dificuldades”, afirma. “Nossa família mudou bastante e para melhor. Não só a família, mas os amigos também, porque ele está sempre feliz e a gente aprende a dar valor ao que tem valor de fato.”

Geraldo ressalta que aprende todos os dias com Luís Henrique. “As pessoas que não têm nenhuma das deficiências que ele possui ficam reclamando dos problemas da vida o tempo todo. Ele não, mostra todos os dias que é possível superar as dificuldades”, enaltece.



Isabele Papafanurakis Ferreira Noronha, juíza:
“Os pais passam por todo o processo de habilitação”

Psicóloga observa que é preciso cuidado porque o processo envolve a expectativa dos pretendentes e o desejo da criança de ter uma família

Vitor Ogawa
Reportagem Local

Uma das oito crianças com necessidades especiais ou doenças crônicas à espera de adoção em Londrina é uma menina de 10 anos. Ela tem deficiência auditiva e uma irmã de 9 anos, a quem é muito ligada. As duas já passaram por uma tentativa de adoção, que foi malsucedida e as garotas acabaram retornando ao abrigo de acolhimento. A assistente social do Instituto Londrinense de Educação para Crianças Excepcionais (Ilece), Gláucia Maria Machado

Sorgi, recorda de um caso semelhante. “A criança foi devolvida duas vezes. Na última ela nem quis desfazer as malas e ficou esperando que os pais adotivos a levassem de volta para casa”, lembra. Ela ressalta que essa situação é devastadora para a cabeça da criança. “Tem que ser uma adoção extremamente consciente. A criança devolvida sofre uma rejeição a mais na vida”, aponta.

CONTINUA

18 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

A juíza substituta da 1ª Vara da Infância e da Juventude da Comarca de Londrina, Isabele Papafanurakis Ferreira Noronha, destaca os problemas emocionais que podem causar na criança quando ela é adotada e depois devolvida. “Os pais passaram por todo o processo de habilitação, decidem adotar e depois afirmam que querem devolver a criança? Não é assim que funciona”, aponta.

Segundo a psicóloga do Núcleo de Apoio Especializado à Criança e ao Adolescente (NAE) da Comarca de Londrina, Tallita Lopes Fenato, para adotar uma criança com necessidades especiais há um período de avaliação dos candidatos a pais. O objetivo é analisar se cumprem todas as exigências e se possuem o perfil necessário para isso. Ela explica que é preciso ter cuidado porque a adoção envolve tanto a expectativa dos pretendentes a adotar com a do desejo da criança. “Os dois lados começam a criar uma imagem ideal de como será essa relação e quanto mais se idealiza, mais pode se criar uma frustração”, aponta.

Tallita explica que o processo de habilitação de adoção é realizado na comarca em que a pessoa reside. “A pessoa deve ir à Vara de Infância e Juventude e o cartório informa a documentação necessária. Ela é submetida à avaliação técnica e um curso é ministrado aos candidatos a pais adotivos a cada 6 meses. O recomendável é

quem está pensando em adotar conheça mais grupos de adoção, tenha contato com pessoas que já realizaram a adoção e tenha contato com livros e sites sobre o assunto”, aconselha.

A psicóloga ressalta que o NAE estimula os candidatos a ter contato com as crianças nas instituições de acolhimento. “A gente faz esse encaminhamento para essas instituições para que a pessoa possa ter a noção se essa realidade tem a ver com que ela está esperando. Se tudo correr bem, quando sair a sentença, ela fica inscrita no Cadastro Nacional de Adoção”, explica.

Segundo a médica neuropediatra atuante no Ilice, Maria José Fabre, independente de as mães serem adotivas ou não, o importante é criar com amor. “As mães em geral são dedicadas, independentemente se seus filhos possuem necessidades especiais ou não. Todos os filhos dão trabalho, seja ele especial ou não”, argumenta.

18 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA INFORME

Indulto a ZÉ Dirceu

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, concedeu indulto ao ex-ministro José Dirceu para extinguir a pena de 7 anos e 11 meses de reclusão por corrupção ativa imposta a ele no processo do mensalão. Ele continuará preso, no entanto, em razão das investigações da Operação Lava Jato. Quando foi preso preventivamente na Lava Jato, Dirceu cumpria prisão em regime domiciliar pela condenação do mensalão. A defesa do ex-ministro havia pedido ao STF a extinção da pena com base no indulto natalino concedido em dezembro do ano passado pela ex-presidente Dilma Rousseff, praxe em todos os anos. Na Lava Jato, Dirceu foi condenado a 20 anos e dez meses de prisão por corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

MAZZA

Na vez

Com a nomeação de Ricardo Barros para ministro da Saúde houve a possibilidade de Osmar Bertoldi, como suplente, assumir a vaga de deputado federal e isso não aconteceu por estar ainda detido, desde fevereiro, no Complexo Médico-Penal de Pinhais por descumprir ordem judicial de não se aproximar da ex-noiva, que o acusou de havê-la espancado, estuprado e tê-la mantido em cárcere privado. O fato de estar preso levou a Câmara a convocar suplentes. No STJ, foi lhe negada liminar e no STF há o pleito para revogar a prisão e permitir-lhe a posse, mas a Procuradoria da República se manifestou contrária.

18 OUT 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Recursos ao TSE

Passado o primeiro turno das eleições municipais, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) começou a apreciar os recursos nos processos de registro de candidaturas que estão sendo remetidos pelos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs). Vários candidatos com pedido de registro de candidatura indeferido pelo Juiz Eleitoral e que apresentaram recurso ao TRE – no caso de Londrina, Flavia Romagnoli (Rede), que teve 890 votos – continuaram a fazer campanha até o julgamento do recurso pelas instâncias superiores.

Prazo

Segundo o TSE, mesmo que cada processo traga as suas particularidades, o que se espera é que a tramitação ocorra da forma mais célere possível, por conta da sua natureza e do rito previsto para o seu julgamento. A Justiça Eleitoral também tem em vista a proximidade do segundo turno das eleições e da diplomação dos eleitos, que tem até o dia 19 de dezembro para ocorrer. A ideia é evitar que aconteça uma “terceira” eleição.

Nova eleição

Alteração promovida pela Lei nº 13.165/2015, conhecida como minirreforma eleitoral determina que, caso o candidato que recebeu o maior número de votos tenha concorrido com o seu registro de candidatura indeferido e apresentado recurso, se confirmada essa decisão pelo TSE, deverão ser realizadas novas eleições, “independentemente do número de votos anulados”.

Sertanópolis

Por unanimidade, a corte do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná decidiu, em julgamento realizado ontem desconsiderar a impugnação da candidatura de Tide Balzanelo (PDT) e do vice Edson Pedro Almeida Filho (PSC), eleitos como novos administradores de Sertanópolis (Região Metropolitana de Londrina). Balzanelo foi considerado analfabeto pelo TRE, “não atendendo exigências legais para o deferimento da candidatura”. Apesar do impasse, ele foi eleito para um novo mandato com 6.274 votos. “Já esperávamos essa reconsideração da Justiça Eleitoral”, avaliou a advogada da campanha Thatiana Maria de Souza. Com a aprovação do TRE, Balzanelo não precisará recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

18 OUT 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Em 2015, cada ministro do STJ julgou 43 processos por dia

Índice de produtividade dos ministros cresceu 19,6%, fazendo com que a corte terminasse o ano com um estoque de 373.534 ações

Cada ministro do Superior Tribunal de Justiça julgou, em média, 10.350 processos no ano passado. Foram 43 casos por dia, considerando 20 dias úteis por mês, segundo o relatório Justiça em Números 2016, divulgado nesta segunda-feira (17/10) pelo Conselho Nacional de Justiça. A base de dados é relativa ao ano de 2015.

O tribunal conseguiu baixar 341.536 ações, o que representa um aumento de 19,6% em relação a 2014 — maior valor da série histórica. Já o índice de produtividade dos ministros também cresceu 19,6%. Assim, a corte terminou o ano de 2015 com um estoque de 373.534 processos, um aumento de 2,5% com relação a 2014.

O relatório destaca que o salto de produtividade ocorreu mesmo com a pequena retração dos casos novos.

O Índice de Atendimento à Demanda, que mede a relação entre o que foi baixado e o que entrou de processo novo, superou o patamar mínimo desejável de 100% e atingiu 104,9%. A consequência, diz o CNJ, foi que

a taxa de congestionamento de 2015 atingiu o menor patamar da série, de 52,2%. Em outras palavras, quase a metade dos processos que tramitaram no STJ foram solucionados em 2015.

TEMPO DE TRAMITAÇÃO

Pela primeira vez o relatório trata do tempo médio de tramitação dos processos nos tribunais brasileiros. No STJ, o prazo entre a distribuição e a última sentença é de dez meses; já o da distribuição até a solução definitiva é um pouco maior; de um ano e um mês. Os processos pendentes, ou seja, da distribuição até o final do período de apuração (31 de dezembro de 2015), estão nessa situação, em média, há um ano e meio.

Em relação às ações originárias e recursais nos tribunais, no caso do STJ, dos 325.663 que entraram em 2015, 55.697 (17,1%) foram diretamente no tribunal, sendo os demais 82,9% provenientes de recursos.

O índice de recorribilidade externa, que mede a relação entre o número de recursos endereçados ao Supremo Tribunal Federal em relação ao número de acórdãos publicados pelo STJ, reduziu pelo segundo ano seguido, e pela primeira vez na série histórica ficou abaixo de 9%, com registro de 7,7% em 2015.

18 OUT 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Mais de 102 milhões de processos passaram pelo Judiciário em 2015

O total de processos que tramitaram no Judiciário no ano passado, excluindo aqueles que estavam no Supremo Tribunal Federal, chegou a 102 milhões, segundo o relatório Justiça em Números 2016, divulgado nesta segunda-feira (17/10) pelo Conselho Nacional de Justiça. A base de dados é relativa ao ano de 2015. No levantamento anterior, o número era de 100 milhões de processos.

As informações apresentadas consolidam o total, por grau de jurisdição, de 90 cortes de Justiça: quatro tribunais superiores (STJ, TST, TSE e STM), 27 tribunais de Justiça estaduais, cinco tribunais regionais federais, 24 tribunais regionais do trabalho, 27 tribunais regionais eleitorais e três tribunais de Justiça Militar estaduais.

Considerando a soma dos casos baixados e pendentes, o Poder Judiciário finalizou o ano de 2015 com um estoque de quase 74 milhões de ações. Mesmo tendo baixado 1,2 milhão de ações a mais do que o quantitativo ingressado, o estoque aumentou em 1,9 milhão de processos (3%) em relação ao ano anterior.

Segundo o CNJ, podem existir situações em que autos já baixados retornam à tramitação sem figurar como caso novo, como nos casos de sentenças anuladas na instância superior, de remessas e retornos de autos entre tribunais em razão de declínio de competência ou de devolução dos processos para a instância inferior: para aguardar julgamento dos recursos repetitivos ou em repercussão geral.

Na visão do órgão, esses fatores ajudam a entender porque, apesar

de se verificar um número de processos baixados quase sempre equivalente ao número de casos novos, o estoque de processos no Poder Judiciário (74 milhões) continua aumentando desde o ano de 2009. O crescimento acumulado nesse período foi de 19,4%, ou seja, 9,6 milhões de processos a mais em relação àquele ano. “Dessa forma, mesmo que o Poder Judiciário fosse paralisado sem ingresso de novas demandas, com a atual produtividade de magistrados e servidores, seriam necessários aproximadamente 3 anos de trabalho para zerar o estoque”, diz o relatório.

Despesas do Judiciário custaram 1,3% do PIB em 2015, diz estudo

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou ontem um estudo cujos dados mostram que as despesas totais do Judiciário brasileiro foram de R\$ 79,2 bilhões em 2015. O valor representa 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todas as riquezas produzidas pelo Brasil. Segundo o levantamento, cada cidadão pagou no ano passado R\$ 387,56 para garantir o funcionamento do serviço de Justiça.

Os valores fazem parte da pesquisa Justiça em Números,

divulgada anualmente pelo conselho e que analisa a situação da Justiça Estadual, Federal, Eleitoral, Militar, Trabalhista e dos tribunais superiores. Os dados não citam o Supremo Tribunal Federal (STF), órgão acima do CNJ na hierarquia do Judiciário.

De acordo com a pesquisa, os gastos com recursos humanos consomem 89% das despesas, que incluem salários de juízes, servidores, empregos de funcionários terceirizados, além de auxílios, diárias e passagens.

18 OUT 2016

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Aroldo Murá

René Dotti lembra fiasco de Greca e decide voto pró Ney Leprevost

Registro a manifestação do jurista René Ariel Dotti sobre o quadro eleitoral de Curitiba:



René Dotti, Ney Leprevost e Rafael Greca de Macedo

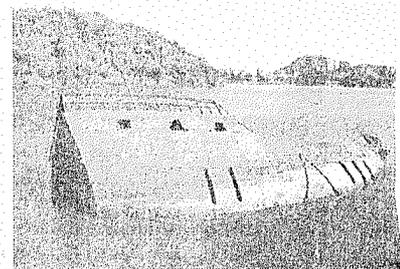
"Caríssimo Aroldo Murá G. Haygen, O seu talentoso e sensível Apelo ao Voto para Leprevost, mostra não somente o intimorato jornalista como o notável articulista que rasga, com o bisturi da memória, o tecido adiposo de um farsante, de um pregoeiro enganoso, de um plantador do ego no cosmos, de fracassado criador do simulacro das caravelas Santa Maria Pinta e Nina, que Cristóvão Colombo guiou para a descoberta do Novo Mundo (1492).

Enquanto isso, a "caravela" do ex-mi-

nistro do Esporte e Turismo (1999-2000)*, para comemorar o V Centenário da Descoberta do Brasil, não conseguiu navegar mais que mesquinhos quilômetros a partir do porto de Salvador. Um atraso marítimo superior a quinhentos anos...

Eu já havia decidido votar em favor do honesto, dedicado e independente, Ney Leprevost. E ainda mais agora, com a voz do palanque transmitida por você. Abraço do René Dotti."

(* **Rafael Valdomiro Greca de Macedo.**



Uma das "caravelas" dos 500 anos, parcialmente submersa ao largo de Vitória, ES

ENQUANTO ISSO, MPF VOLTA AOS BINGOS DE GRECA...

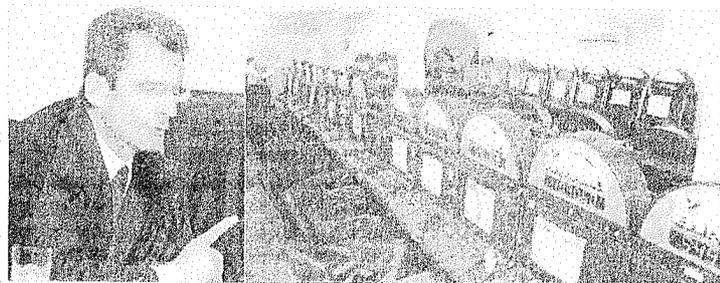
A coluna/blog recebeu, no domingo, da BGA Assessoria, o seguinte noticiário:

"Rafael Greca pode ser julgado novamente da acusação de favorecimento a bingos

Ministério Público Federal entende que o candidato a prefeito de Curitiba Rafael Greca (PMN) deve ser novamente julgado da acusação de improbidade administrativa no governo FHC

NOVO JULGAMENTO

O candidato a prefeito de Curitiba Rafael Greca (PMN) pode ser julgado novamente pela Justiça Federal da 1ª Região (TRF1 - de jurisdição no Distrito Federal) por improbidade administrativa no caso envolvendo a criação de bingos no Brasil com influência da máfia italiana. Em parecer expedido no último dia 10, o Subprocurador-Geral da República, Mário José Gisi considera que Greca deve ser novamente submetido a julgamento.



Mário José Gisi, subprocurador geral da República e uma casa de bingos eletrônicos

INQUÉRITO POLICIAL

O recurso da União (Resp. n. 161.4358-DF) questionou a decisão da 21ª Vara Federal do Distrito Federal, em Brasília, que inocentou, em maio de 2012, o ex-prefeito da acusação de favorecer bingos quando era ministro do Esporte e Turismo no governo de Fernando Henrique Cardoso. No recurso, a União requer nova análise do conjunto probatório dos autos, incluindo os documentos

do inquérito policial.

MÁFIA ITALIANA

Em um dos trechos do parecer, o Subprocurador-Geral da República aponta que "no mérito, o recurso deve prosperar". O Ministério Público Federal acredita que a instalação de bingos eletrônicos no Brasil teve a influência direta da máfia italiana."

18 OUT 2016

GAZETA DO POVO

Celso Nascimento:

processo da Quadro Negro sobe para o STF

"Quadro Negro" vai parar no STF

O ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), requisitou ontem ao Tribunal de Justiça do Paraná o envio dos autos referentes à Operação Quadro Negro. O pedido é muito sintomático.

Pelo seguinte: o foro privilegiado de alguns dos envolvidos — agentes públicos de nível estadual — era o Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde já corria parte do processo em razão de fatiamento proposto pelo Ministério Público. Agora, é o STF que requer os autos — provavelmente porque, no decorrer das investigações do Gaeco (que não se encerraram totalmente), houve a descoberta de algum nome mais graúdo que só pode ser julgado pelo Supremo. É o caso, por exemplo, de deputados federais e senadores. O ministro Fux determinou sigilo absoluto e nenhum nome foi revelado.

OLHOS VIVOS

SUSPEITA

Por determinação da Justiça, está parada a sindicância aberta pela prefeitura para descobrir o paradeiro de objetos desaparecidos do acervo da Casa Klemtz. Peças semelhantes às desaparecidas foram mostradas numa revista de circulação nacional e na página pessoal do candidato Rafael Greca — o que fez do candidato, na hora mais imprópria, suspeito de ter se apossado dos objetos. Greca nega, mas não abre sua casa de chácara para que peritos possam descartar a hipótese de que seriam os mesmos da Casa Klemtz. A suspeita vai durar pelo menos até o fim da campanha.

REJEIÇÃO

E por falar em Rafael Greca, nomes de peso da sociedade paranaense decidiram declarar voto contra ele e a favor de Ney Leprevost. Um destes notáveis a registrar sua opinião é o jurista René Dotti que, em carta, se utiliza de linguagem dura para declarar sua rejeição a Greca.

DESVIO 1

A propósito do tema publicado nesta coluna no último fim de semana, dando conta da perigosa lentidão que envolve a ação movida pelo Ministério Público contra o secretário Ezequias Moreira, um leitor escreve para indagar se, sobre o caso, não cabe aplicar a farta jurisprudência existente. O STF já firmou posição de que há "desvio de finalidade" quando alguém assume outro cargo com o objetivo de obter foro privilegiado. Ezequias estaria enquadrado nesta jurisprudência: ele foi nomeado secretário de Estado quando já estava prestes a ser julgado em primeira instância. A nomeação elevou-o para a segunda instância. Ato de nomeação que caracterizem "desvio de finalidade" podem ser anulados.

DESVIO 2

O caso guarda semelhança com aquele de que foi protagonista o ex-presidente Lula. Acossado por juízes de primeira instância, Dilma Roussef nomeou-o chefe da Casa Civil para garantir que os processos contra ele corressesem no STF. Lula nem chegou a tomar posse: foi atropelado por ações judiciais que se baseavam exatamente na questão do "desvio de finalidade".

HAITI NÃO É AQUI

Não se sabe de onde o governador Beto Richa tirou a ideia de que há alguns jornalistas que querem fazer do Paraná "um Haiti". Está certo que o Paraná passa por grandes dificuldades financeiras, que o fazem não cumprir o compromisso de reajustar salário e conceder promoções e progressões ao funcionalismo. Mas não consta que profissionais de imprensa tenham visto por aqui terremotos e tufões na dimensão dos que devastaram o Haiti.

Chama-o de "farsante, de um pregoeiro enganoso, de um plantador do ego no cosmos, de fracassado criador do simulacro das caravelas" do Descobrimento, incapazes de navegar.

18 OUT 2016

GAZETA DO POVO

REINALDO BESSA

Moro e o biógrafo das mãos limpas

O juiz Sergio Moro jantou no último sábado no restaurante Bobardí, no Cabral, com um pequeno grupo de pessoas, entre elas o jornalista italiano Gianni Barbacetto, autor do livro *Operação Mãos Limpas*. Moro é o autor da introdução da obra em português, que revela a história do maior escândalo de corrupção da Itália.

COLUNA DO LEITOR

SERGIO MORO

Impossível concordar com Elio Gaspari (*Gazeta*, 15/10), que entende que o juiz Sergio Moro está sendo "moralista e fanático". Moro não é uma coisa e nem outra. Trata-se de pessoa discreta. Se aparece em público, é apenas para dar palestras para estudantes e entidades, quando defende a necessidade de o país evoluir em suas práticas políticas e empresariais no terreno da ética. Se cometesse algum equívoco de excesso de rigor, as instâncias superiores já o teriam corrigido. Enquanto tivermos políticos e empresários corruptos, qualquer juiz sério terá vida longa. Não apenas o juiz Moro. Seu compromisso não é "com as elites". É com a justiça e com o povo, que sempre paga a conta. Aliás, Lula não é elite?

Antônio Celso Souza

18 OUT 2016

GAZETA DO POVO

Assembleia reelege Traiano presidente por mais dois anos

Euclides Lucas Garcia

● Com 48 votos a favor e nenhum contra, a Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) reelegeu ontem o deputado Ademar Traiano (PSDB) como presidente da Casa para os próximos dois anos. Além dele, foram eleitos os outros oito integrantes da Mesa Diretora do Legislativo estadual. Nenhum deles faz oposição ao governador Beto Richa.

Os petistas Tadeu Veneri e Professor Lemos se abstiveram na votação, enquanto três parlamentares não estavam presentes na sessão: Paranhos (PSC), Requião Filho (PMDB) e Ney Leprevost (PSD) — este último está de licença para disputar a prefeitura de Curitiba. Já Traiano não votou por estar presidindo os trabalhos.

Da composição atual da Mesa, dois nomes foram renovados. A 1.^a vice-presidência passará a ser ocupada pelo deputado Guto Silva (PSD), em substituição a Jonas Guimarães (PSB), que migrará para a 2.^a secretaria — hoje comandada por Ademir Bier (PMDB). Já Wilmar Reichembach (PSC) será o novo 3.^o secretário, no lugar de Adelino Ribeiro (PSL). Este último irá para a 5.^a secretaria. Com a saída Bier, a oposição não terá nenhum representante no novo comando da Casa.

18 OUT 2016

GAZETA DO POVO

Gilmar Mendes autoriza aprofundamento de apuração contra Aécio

● O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a Procuradoria Geral da República (PGR) a aprofundar as investigações sobre o suposto envolvimento do presidente do PSDB, senador Aécio Neves (MG), com adulteração de dados da CPI dos Correios. Em resposta a pedido do procurador-geral Rodrigo Janot, Mendes determinou que o Banco Rural apresente cópias de todos os documentos impressos e eletrônicos enviados à CPI. Mendes também autorizou os investigadores a analisar um vídeo que registra a retirada de documentos dos arquivos da CPI no mesmo dia em que foi anunciada a abertura de inquérito contra Aécio. A investigação foi aberta no início de junho, a partir da delação premiada do ex-senador Delcídio do Amaral, que acusou Aécio de envolvimento numa operação para manipular dados bancários e fiscais enviados pelo Rural à CPI dos Correios. Aécio nega irregularidades.

Ministro do Supremo concede indulto a José Dirceu pelo mensalão

● O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu indulto ao ex-ministro da Casa Civil José Dirceu para extinguir a pena imposta a ele no processo do mensalão. Dos sete anos e 11 meses, ele já cumpriu um ano na cadeia e um ano no regime domiciliar. Em 2015, foi levado para Curitiba para ficar em prisão preventiva, por acusações na Lava Jato, e acabou condenado a 23 anos e três meses pelo juiz Sergio Moro. Com o benefício, Dirceu ficará livre da pena no mensalão, mas continuará preso pela Lava Jato. Sem o indulto, seria necessário somar as duas penas, o que levaria a um total de 31 anos e dois meses. Em junho, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, enviou ao STF parecer favorável ao indulto pedido pela defesa de Dirceu com base em decreto natalino assinado em dezembro do ano passado pela então presidente Dilma Rousseff.

18 OUT 2016

BEMPARANÁ

Registro inadequado faz cair número de crimes raciais no PR

Racismo institucionalizado ainda é um dos maiores
problemas a serem enfrentados pelo Estado

Rodolfo Luis Kowalski —

A cada quatro dias, pelo menos três paranaenses foram vítimas de racismo ou injúria racial no Paraná em 2016. É o que revelam dados do Ministério Público do Paraná (MP-PR), que indicam a abertura de 184 inquéritos no estado (179 por injúria e 5 por racismo). O que mais chama a atenção, porém, não é o índice alarmante, mas a redução no número de inquéritos, com queda de 39,1% na comparação da média diária de denúncias em 2015.

De acordo com a promotora de Justiça Mariana Seifert Bazzò, coordenadora do Núcleo de Promoção de Igualdade Étnico-Racial (Nupier), os casos registrados pelo MP-PR referem-se aos boletins de ocorrência que se tornaram

inquérito policial. O que acontece, porém, é que muitos casos o processo acaba não tendo o andamento adequado por conta de falhas no registro da ocorrência.

“Em muitos casos não se torna inquérito por falta de provas, ausência da vítima porque a pessoa não tem confiança nenhuma na Justiça ou por falha de registro da polícia, que costuma registrar como injúria comum os casos de injúria racial e acabamos perdendo esses dados”, explica a promotora. “O Nupier recebe muitas reclamações dos serviços da parte do Estado que não possuem esse recorte racial adequado – registram de maneira errada, deixam de registrar...”, complementa.

Para tentar melhorar o atendimento à população e

também incentivar as denúncias, o Ministério Público já recomendou ao Governo Estadual a construção de uma delegacia especializada em crimes de preconceito e crimes de ódio e que teria como grande ênfase os crimes raciais. O assunto, inclusive, já foi tratado em uma reunião entre a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) do Ministério da Justiça e Cidadania e representantes do Governo do Estado.

Entre os integrantes do MP-PR, inclusive, o clima é de otimismo acerca da implementação da proposta, dada a boa receptividade do Estado à proposta. Para a promotora de Justiça, a novidade seria importante para o combate ao chamado “racismo institucional”, ou seja, um sistema de

desigualdade que se baseia em raça, atuando de forma difusa no funcionamento de instituições como órgãos públicos governamentais e provocando uma desigualdade na distribuição de serviços, benefícios e oportunidades aos diferentes segmentos da população do ponto de vista racial.

“A gente enfrenta também bastante o racismo institucional. A imensa maioria das pessoas nos cargos da Justiça são brancas e as vezes existe uma ausência de implementação das leis pelo racismo institucional. Ou seja, a lei está ali, está posta, mas não é utilizada, o que se evidencia pela ausência de controle da legislação e pelo próprio fenômeno da ausência de registro por parte da polícia”, aponta a promotora de Justiça.

CONTINUA

18 OUT 2016

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

CASOS

Inquéritos no
Ministério Público
do Paraná

2016	
Injúria	179
Racismo	5
TOTAL	184
2015	
Injúria	371
Racismo	29
TOTAL	400

2014	
Injúria	173
Racismo	42
TOTAL	215
2013	
Injúria	32
Racismo	10
TOTAL	32

CRIMES RACIAIS

1ª Ligue para o 190

Caso esteja ocorrendo uma agressão verbal ou física, ligue imediatamente para a polícia.

2ª Registre o Boletim de Ocorrência

Em seguida, faça o registro do fato na delegacia, através de Boletim de Ocorrência (B.O.), pelo crime de injúria racial (art. 140, §3º do Código Penal) ou racismo (artigos 3.º a 20.º da Lei 7716/89).

ATENÇÃO:

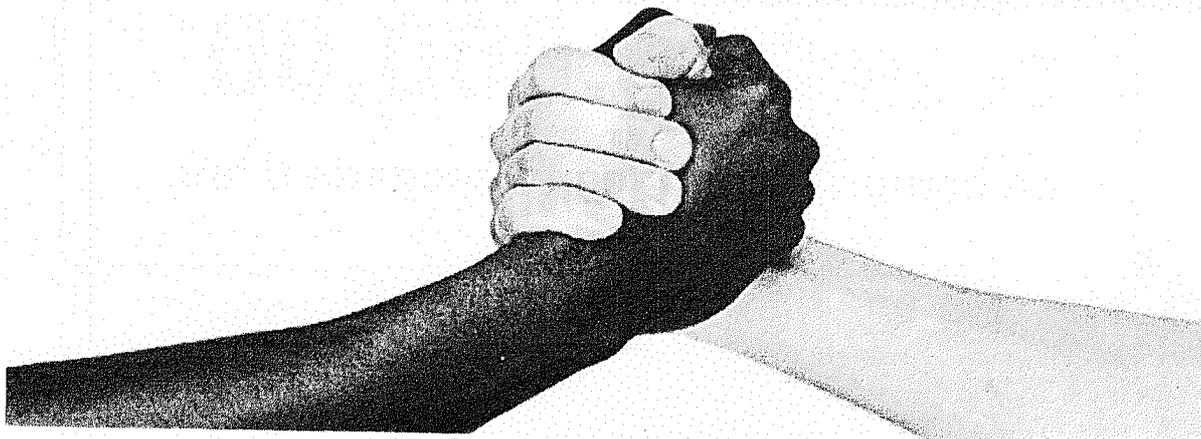
Os crimes acima não são processados em Juizados Especiais Criminais (Jecrim), portanto, exija a instauração de Inquérito Policial. O Termo Circunstanciado (com designação de audiência preliminar) não resolve nesses casos. Importante ressaltar também que é possível indicar e/ou apresentar provas para sustentar o Boletim de Ocorrência (testemunha, gravações, documentos - qualquer tipo de prova lícita).

3ª Exija que a discriminação como causa do crime conste no B.O.

Em caso de ocorrência de outros crimes (como homicídio, lesão corporal, etc) que tenham como causa o preconceito, exija que tal circunstância conste no Boletim de Ocorrência, para que as provas colhidas na investigação também possam caracterizar o fato. (Ex: destruição de imagens religiosas no local do crime, termos racistas utilizados pelo investigado no momento do crime, etc).

4ª Procure o Ministério Público

Se mesmo seguindo essas orientações, você perceber que houve imprecisão no registro do B.O. (descrição errada do crime, ausência de produção de provas de eventual preconceito como causa do crime, ou encaminhamento para o Jecrim), entre em contato com o Nupier (Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial do Ministério Público do Paraná), que poderá solicitar providências junto à Promotoria de Justiça específica. O Núcleo fica na Avenida Marechal Deodoro, 1028, 9.º Andar, Centro, Curitiba. O telefone de contato é o (41) 3250-4905.



CONTINUA

18 OUT 2016

BEMPARANÁ

CONTINUAÇÃO

Conceitos diferentes para temas semelhantes

Embora impliquem possibilidade de incidência da responsabilidade penal, os conceitos jurídicos de injúria racial e racismo são diferentes. O primeiro, previsto no artigo 140, parágrafo 3º, do Código Penal, estabelece a pena de reclusão de um a três anos e multa. Consiste, ainda, em ofender a honra de alguém valendo-se de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião ou origem.

Já o crimes de racismo, previsto na Lei n. 7.716/1989 e que é inafiançável e imprescritível, atinge uma coletividade indeterminada de indivíduos, discriminando toda a integralidade de uma raça. Assiom, comentários como "nenhum negro presta", não dar emprego a alguém ou alugar um imóvel por conta da cor de sua pele são crimes de racismo, já que negam promoções e direitos por conta de raça e cor.

Reflexos são perversos

Os reflexos de uma situação em que o racismo está institucionalizado são perversos para aqueles que mais precisavam do apoio do Estado para verem garantidos seus direitos, como aponta a promotora de Justiça Mariana Bazzo. O Brasil, inclusive, já foi condenado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos em 2006, no caso 12.001, no qual "o Estado falhou no cumprimento de sua obrigação de administrar a justiça no caso de Simone André Diniz que foi discriminada em base a sua cor", segundo a Comissão.

"Os reflexos (do racismo institucionalizado) é que, sem a política afirmativa, um combate efetivo ao racismo, a população negra nunca consegue atingir os mesmos serviços, os mesmos direitos da população branca", afirma Mariana. "Isso é uma questão histórica. No dia seguinte ao fim da escravidão não houve qualquer compensação a essa completa ausência de direitos. Todos os índices de vulnerabilidade da saúde, educação, sempre trazem a população negra como a mais prejudicada", argumenta.

"A gente enfrenta também bastante o racismo institucional. A imensa maioria das pessoas nos cargos da Justiça são brancas e as vezes existe uma ausência de implementação das leis pelo racismo institucional. Ou seja, a lei está ali, está posta, mas não é utilizada, o que se evidencia pela ausência de controle da legislação e pelo próprio fenômeno da ausência de registro por parte da polícia"

*da promotora de
Justiça Mariana
Seifert Bazzo,
coordenadora do
Núcleo de Promoção
de Igualdade
Étnico-Racial*

18 OUT 2016

BEMPARANÁ

Juiz Sérgio Moro intima Eduardo Cunha

Quatro dias depois de o juiz da Lava Jato em Curitiba, Sérgio Moro, aceitar a ação penal contra o ex-presidente da Câmara e deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB) a Justiça Federal em Curitiba emitiu ontem, o pedido de intimação do peemedebista encaminhado à Justiça Federal no Rio de Janeiro,

onde ele mora.

Com isso, caberá a um oficial de Justiça do Rio localizar e entregar a intimação ao deputado cassado que, a partir daí, terá dez dias para entregar sua defesa ao juiz da Lava Jato. Nesta ação, Cunha é acusado de corrupção, lavagem de dinheiro e evasão fiscal pela manuten-

ção de contas secretas na Suíça que teriam recebido propina do esquema na Petrobras. Como a ação já havia sido aberta pelo Supremo em junho, Moro apenas deu 10 dias para o peemedebista apresentar sua defesa.

O processo foi remetido para a primeira instância em Curitiba, pois Cunha perdeu

foro privilegiado desde que foi cassado pela Câmara, por 450 votos a 10, no dia 12 de setembro. Com isso, na semana passada o Supremo remeteu esta ação contra o peemedebista para a Justiça Federal em Curitiba, sede da Lava Jato. "Óbvio que não falarei. Isso é com advogado. Não falo de processos", reagiu Cunha.

José Dirceu garante indulto de pena do STF

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, concedeu indulto ao ex-ministro José Dirceu para extinguir a pena de 7 anos e 11 meses de reclusão por corrupção ativa imposta a ele no processo do mensalão. Ele continuará preso, no entanto, em razão das investigações da Operação Lava Jato.

Quando foi preso preventivamente na Lava Jato, Dirceu cumpria prisão em regime domiciliar pela condenação do mensalão. A defesa do ex-ministro havia pedido ao STF a extinção da pena com base no indulto natalino concedido em dezembro do ano passado pela ex-presidente Dilma Rousseff, praxe em to-

dos os anos.

Na ocasião, no entanto, Barroso não concedeu o perdão para aguardar a definição da Justiça Federal em Curitiba sobre o momento em que o ex-ministro teria praticado os crimes. Se Dirceu tivesse cometido os crimes pelos quais já foi condenado na Operação Lava Jato durante o cumpri-

mento da pena no mensalão, não teria direito à extinção da pena. O juiz federal Sérgio Moro, no entanto, encaminhou informações ao STF consideradas favoráveis ao ex-ministro. Segundo o magistrado, Dirceu foi condenado por delitos praticados antes do início do cumprimento da pena do mensalão.

18 OUT 2016

BEMPARANÁ

Judiciário custou R\$ 79,2 bilhões

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou ontem um estudo cujos dados mostram que as despesas totais do Judiciário brasileiro foram de R\$ 79,2 bilhões em 2015. O valor representa 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todas as riquezas produzidas pelo Brasil. Segundo o levantamento, cada cidadão pagou no ano passado R\$ 387,56 para garantir o funcionamento do serviço de Justiça.

Os valores fazem parte da pesquisa Justiça em Números, divulgada pelo conselho. De acordo com a pesquisa, os gastos com recursos humanos consomem 89% das despesas, que incluem salários de juízes, servidores, empregos de funcionários terceirizados, além de auxílios, diárias e passagens. Cada magistrado custa em média R\$ 46 mil por mês

18 OUT 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Despesas do Judiciário custaram 1,3% do PIB

S O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou ontem (17) um estudo cujos dados mostram que as despesas totais do Judiciário brasileiro foram de R\$ 79,2 bilhões em 2015. O valor representa 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB), soma de todas as riquezas produzidas pelo Brasil. Segundo o levantamento, cada cidadão pagou no ano passado R\$ 387,56 para garantir o funcionamento do serviço de Justiça.

Os valores fazem parte da pesquisa Justiça em Números, divulgada anualmente pelo conselho e que analisa a situação da Justiça Estadual, Federal,

Eleitoral, Militar, Trabalhista e dos tribunais superiores. Os dados não citam o Supremo Tribunal Federal (STF), órgão acima do CNJ na hierarquia do Judiciário. ■

Agência Brasil



Judiciário custou quase R\$ 80 bilhões em 2015

***** O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) divulgou ontem um estudo cujos dados mostram que as despesas totais do Judiciário brasileiro foram de R\$ 79,2 bilhões em 2015. O valor representa 1,3% do Produto Interno Bruto (PIB) e, segundo o levantamento, cada cidadão pagou

R\$ 387,56 para garantir o funcionamento do serviço de Justiça em 2015.

Pela pesquisa, os gastos com recursos humanos – que incluem salários de juízes, servidores e funcionários terceirizados, além de auxílios, diárias e passagens – consomem 89% do total. Segundo

o CNJ, 56% das despesas totais retornam aos cofres públicos por meio do pagamento de custas processuais. O levantamento mostrou que cada juiz custa em média R\$ 46 mil por mês; cada servidor, R\$ 12 mil; terceirizados custam em média R\$ 3,4 mil ao mês, e cada estagiário R\$ 774, em média. ●

18 OUT 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Dirceu recebe perdão de pena do mensalão

Ex-ministro segue preso pela Lava Jato

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu ontem (17) conceder ao ex-ministro da Casa Civil José Dirceu perdão do restante da pena de sete anos e 11 meses de prisão, definida no julgamento da Ação Penal 470, o processo do mensalão, em 2013. Na decisão, o ministro baseou-se em informações prestadas pelo juiz Sérgio Moro e parecer favorável da Procu-

radoria-Geral da República (PGR).

Mesmo com a decisão, Dirceu continuará preso em Curitiba em função das investigações da Operação Lava Jato. O ex-ministro foi preso em agosto do ano passado, quando cumpria, em regime aberto, a pena definida no julgamento do mensalão. Ele cumpriu dois anos e nove dias e, se não tivesse sido preso novamente, já teria direito à condicional. ■

Cidadania nos Presídios beneficia 300 mulheres

Mais de 300 mulheres encarceradas em unidades prisionais de Curitiba e Região Metropolitana tiveram suas penas revisadas e foram beneficiadas com um mutirão carcerário, concluído na sexta-feira (14). A ação fez parte da primeira fase do projeto Cidadania nos Presídios, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), encerrada nesta segunda-feira (17),

em uma cerimônia na sede do Tribunal de Justiça, em Curitiba.

Realizado em duas etapas, o mutirão exclusivo para o público feminino analisou cerca de 840 processos, sendo concedidas 48 prisões domiciliares, além de 197 concessões de monitoramento por tornozeleira eletrônica, 61 progressões para o regime aberto e 35 para o regime semiaberto. ●

Estagiário de Moro

Era para ser um concurso corriqueiro para uma vaga de estágio. Mas o nome de quem selecionava, logo na primeira linha do edital, chamou a atenção: "O excelentíssimo senhor doutor Sergio Fernando Moro". Aberto no início do mês, o concurso para estagiário da 13ª Vara Federal de Curitiba, onde correm os processos da Operação Lava Jato, recebeu 286 inscrições, de vários Estados do país.

18 OUT 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

INTIMAÇÃO

Quatro dias depois de o juiz da Lava Jato em Curitiba, Sergio Moro, aceitar a ação penal contra o ex-presidente da Câmara e deputado cassado Eduardo Cunha (PMDB), a Justiça Federal em Curitiba emitiu ontem o pedido de intimação do peemedebista encaminhado à Justiça Federal no Rio de Janeiro, onde ele mora. Caberá a um oficial de Justiça do Rio localizar e entregar a intimação ao deputado cassado que, a partir daí, terá dez dias para entregar sua defesa ao juiz da Lava Jato.

Judiciário fica mais caro e acumula 73,9 mi de ações

Em 2015. Levantamento do CNJ aponta que custos subiram 4,4%; mesmo com queda no número de novos processos, Justiça teve menor eficiência

Todo brasileiro desembolsou indiretamente, em média, R\$ 387,56 no ano passado para manter o sistema de Justiça. Apesar do alto custo, apenas 28 de cada 100 processos chegaram à sentença.

O levantamento "Justiça em Números", divulgado ontem pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), revelou que apesar de custar mais caro e receber menos processos, o Poder Judiciário foi mais lento em 2015.

A Justiça consumiu R\$ 79,2 bilhões, 4,4% mais do que em 2014 – o equivalente a 1,3% do PIB (Produto Interno Bruto) – e teve 5,5% menos novos processos, a primeira queda desde 2010. Ainda assim, o número de ações acumuladas cresceu 4,2%, atingindo 73,9 milhões de casos.

Para zerar as prateleiras, todos os tribunais precisariam manter o ritmo de julgamento atual e ficar três anos sem receber novos casos.

O estudo não aponta as causas para a demora, mas reforça que a prioridade deve ser a Justiça Estadual,

"O direito em si é concedido de forma relativamente célere, mas, na execução, há uma dificuldade do Judiciário de fazer o direito do cidadão, que já foi adquirido na decisão de mérito do juiz, ser concretizado num segundo momento."

GABRIELA SOARES, DIRETORA TÉCNICA DE PESQUISAS JUDICIÁRIAS DO CNJ

que acumula 80% dos processos pendentes.

Gastos de pessoal

De cada R\$ 100 aplicados no Poder Judiciário, R\$ 89,20 são destinados para custear os juizes e servidores. Um magistrado custa, em média, R\$ 46 mil por mês, valor quase quatro vezes maior do que o de um funcionário.

No ano passado, os juizes e servidores tiveram maior produtividade, 3,7% e 3,9%, respectivamente. A carga de trabalho, porém, foi maior 6,5% e 6,7%.

Acordos

O Novo Código de Processo Civil, em vigor desde março, estimula os acordos antes das sentenças. No ano passado, porém, a taxa de conciliação foi pequena: apenas 11% dos casos tiveram acordo.

Nem a criação de Juizados Especiais foram capazes de melhorar a eficiência. Pela primeira vez, o CNJ mediu o tempo médio de tramitação de um processo.

Nas Cortes de conciliação, entre o conhecimento e a fase de execução o tempo somado pode chegar a 10 anos.

Na Justiça como um todo, o prazo para uma decisão pode demorar, entre conhecimento e execução, até 11 anos.

A quantidade de recursos não é um fator que se apresenta como responsável pela demora na conclusão do processo. Apenas 15% das decisões recebem recursos para instâncias superiores.



MARCELO FREITAS

METRO BRASÍLIA

CONTINUA

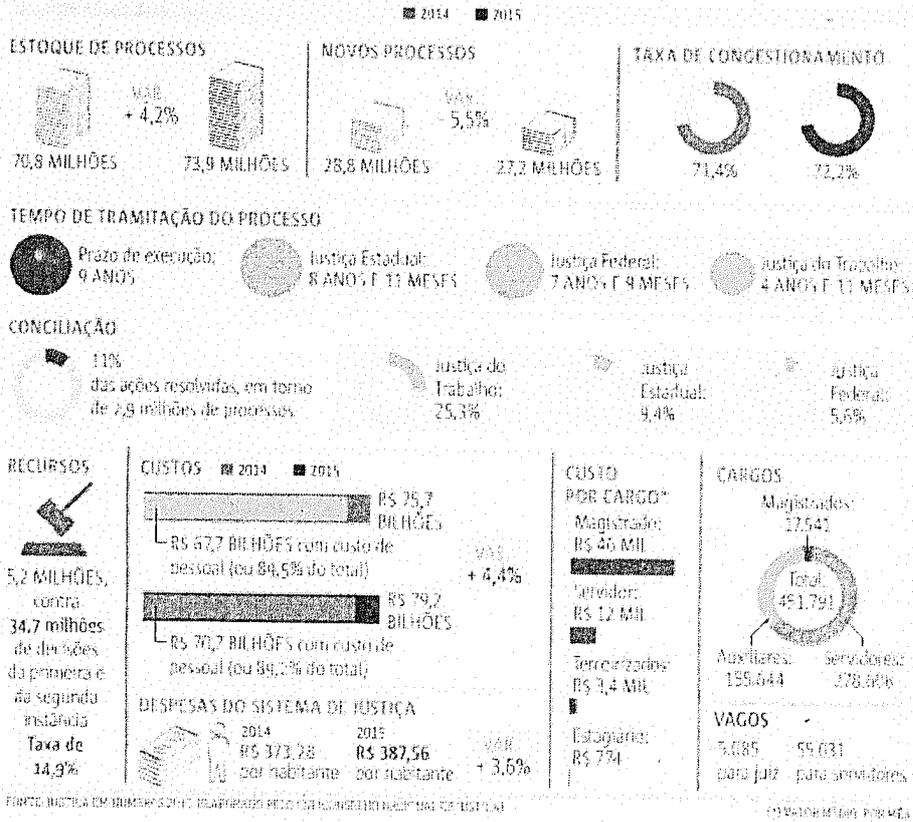
18 OUT 2016

METRO

CONTINUAÇÃO

MAIS CARA E MAIS LENTA

Veja os principais dados da pesquisa do Conselho Nacional de Justiça referente a 2015:



18 OUT 2016

Blog do Zé Beto

A multidão e os graúdos

A população carcerária brasileira é a quarta maior do mundo. Cresceu 267% nos últimos 14 anos. Hoje o país tem 622 mil pessoas presas, segundo o anuário estatístico Justiça em Números. Se passar na peneira essa multidão, quantos integrantes do andar de cima serão revelados?